

Mulheres e economia popular solidária na construção do bem-viver¹

Carlúcia Maria Silva²

Resumo: O presente trabalho é fruto de ações extensionistas desenvolvidas por docentes e discentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Barbacena), em 2018 e 2019. As ações do referido Projeto tiveram como um de seus principais objetivos acompanhar, na Microrregião Barbacena, grupos de mulheres atuantes na prática do cooperativismo, da autogestão e da economia popular solidária. Metodologias de pesquisa-ação foram adotadas com o uso das seguintes estratégias: participação em reuniões, observação direta junto a empreendimentos de economia popular solidária, diário de campo objetivando o registro de informações e observação participante em eventos formativos, organizativos e celebrativos dos empreendimentos. A participação nas reuniões do Fórum Regional Vertentes de Economia Popular Solidária e do Fórum Estadual de Economia Solidária. Foram também espaços privilegiados de formação e organização. Os resultados apontam o protagonismo das mulheres e a economia popular solidária como ferramenta e instrumento de participação, cidadania; inclusão produtiva, em busca do Bem-viver.

Palavras-chave: trabalho; mulheres; economia popular solidária; bem-viver.

Abstract: The present work is the result of extension actions developed by professors and students of the State University of Minas Gerais (UEMG Barbacena), in 2018 and 2019. In its actions, the referred Project had, as one of its main objectives monitored, in the Barbacena Microregion, groups of active women in the practice of cooperativism, self-management and the popular solidarity economy. Action-research methodologies were adopted using the following guidelines: participation in meetings, direct observation with popular solidarity economy ventures, field diary aiming to record information and observation in formative, organizational and celebratory events of the ventures. Participation in the meetings of the Regional Forum on Solidarity Economy and the State Forum of Solidarity Economy. There was also privileged spaces for training and organization. The results show the role of women and the popular solidarity economy as a tool and instrument of participation, citizenship; productive inclusion, in search of well-being.

Keywords: work; women; popular solidarity economy; well-being.

Introdução

As profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas e os dilemas da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea têm agravando mais ainda a produção de desigualdades e configurado um notório crescimento da informalidade no trabalho. Este conjunto multifacetário de transformações, decorrentes do fortalecimento do neoliberalismo, demarcaram o crescimento do desemprego e formas atípicas de trabalho, determinando assim, a informalidade e precarização das condições de trabalho.

As consequências sociais para os trabalhadores são perceptíveis e o debate sobre o papel do Estado e sua capacidade de intervenção socioeconômica cada vez mais ganha centralidade. O

1 Parte dos resultados desta pesquisa foi apresentada no GT 1 “Mulheres e Economia Solidária”, durante o V Congresso da Rede das ITCPs, no GT, realizado no Rio de Janeiro, de 1 a 4 de maio de 2019 e, posteriormente, no XXXII Congresso Internacional ALAS PERU 2019 - Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida, realizado em Lima, entre os dias 1.º a 6 de dezembro do mesmo ano.

2 Pós-doutora em Psicologia Social (UEMG/FAFICH) doutora e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, graduada em Direito também pela PUCMINAS e docente pesquisadora na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Barbacena, Departamento de Ciências Humanas.

mercado de trabalho até então era norteado pela política do pleno emprego e sua ânsia modernizadora, agora tem como marca, relações de trabalho flexíveis e precárias, nas quais, tais processos desnaturalizaram os modos de organização da produção até então instituídos nos países centrais - e no caso do Brasil e da América Latina - a informalidade perde seus referenciais históricos, orientados por ideais marxistas.

São vários os estudos demonstrando que nos períodos de crise do capitalismo a retração do mercado de trabalho formal, com a introdução de novas tecnologias e novos modelos de gestão organizacional, possibilitou a proliferação do setor de serviços e cooperativas de produção. O crescente cenário de desemprego, subemprego e informalidade, sobretudo entre os trabalhadores menos qualificados tem contribuído para o surgimento de iniciativas populares e heterogêneas de organização do trabalho associado. A economia popular solidária desponta enquanto experiências de trabalho e geração de renda em um contexto socioeconômico complexo e um mercado de trabalho desestruturado. Estudos têm demonstrado que nessas experiências, a presença feminina é predominante novas sociabilidades são construídas, visando não somente ganhos monetários, mas também outros valores desta outra “economia possível”.

O presente artigo objetiva apresentar experiências de economia solidária em Minas Gerais, protagonizadas por mulheres. Fruto de ações extensionistas realizadas pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em parceria com organizações da sociedade civil, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: como o Bem Viver é compreendido e vivenciado pelas mulheres em suas experiências de economia popular solidária e qual a importância dos Fóruns de Economia Popular Solidária em suas práticas cooperativas e autogestionárias? As ações extensionistas foram desenvolvidas no acompanhamento de empreendimentos solidários na microrregião de Barbacena³ e nas reuniões do Fórum Regional Campo das Vertentes⁴, sendo adotadas metodologias de pesquisa-ação com o uso das seguintes estratégias: participações em reuniões e oficinas nos empreendimentos e nos fóruns de economia popular solidária, observação participante em eventos formativos e festivos, observação direta nos espaços de trabalho e diário de campo com registro de informações.

Os resultados demonstraram que as práticas de cooperativismo popular, além de solidárias são também educativas, fortalecedoras de processos autogestionários, e de inclusão socioproductiva. Demonstraram também que a participação nos fóruns tem sido importante elemento aglutinador de processos educativos e sociopolíticos. No entanto, apontaram também as condições vulneráveis em que esses grupos sociais se encontram. O trabalho cooperado possibilita ganhos econômicos e

3 Integram a Microrregião Barbacena 15 municípios. São eles: Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Antonio Carlos, Barbacena, Capela Nova, Carandaí, Cipotânea, Desterro de Melo, Ibertioga, Paiva, Ressaquinha, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Rita de Ibitipoca, Santana do Garambéu e Senhora dos Remédios.

4 Região mineira situada entre a Zona da Mata e o Sul de Minas.

alimentam sua busca pelo Bem viver. No entanto, cotidianamente, esses trabalhadores e trabalhadoras são desafiados a garantir sua sobrevivência diária, além de enfrentar grandes dificuldades nos processos mobilizadores de suas lutas por direitos, cidadania e inclusão socioproductiva.

Além de uma breve introdução e a conclusão, o artigo está estruturado em três partes. A primeira expõe de forma sucinta transformações no mundo do trabalho e suas reconfigurações. A segunda, discute a economia popular solidária, sua pedagogia feminista e o Bem Viver, e a terceira, relata observações e percepções decorrentes das ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no acompanhamento às iniciativas de economia popular solidária em Minas Gerais.

Transformações e novas reconfigurações na dinâmica do trabalho

Na formação das sociedades modernas, o trabalho vem ocupando destaque, não apenas no que diz respeito à produção de bens e serviços, mas também enquanto elemento constitutivo de subjetividades, identidades, construção de vínculos sociais e qualidade de vida. No entanto, a inserção ocupacional, sua ação e destino, não decorrem somente de estratégias autorreguladas e autônomas. Expressa também relações de poder e valores culturais em constante mutação no tempo e no espaço. Vários estudos⁵ têm demonstrado que nos anos 1990 ocorrem profundas transformações na economia brasileira sob a bandeira do neoliberalismo. Muitos trabalhadores caíram na informalidade, a outros tantos restaram apenas ocupações nos setores de serviços marcados pela heterogeneidade de condições de empregos e baixos salários. O crescente desemprego deu vazão a uma maior fragilidade nas relações de trabalho apoiados por leis federais de ajuste e desproteção da legislação trabalhista que alteraram as regras trabalhistas básicas, possibilidades legais nos contratos de trabalho em nome da desoneração do custo do trabalho. De acordo com Costa (2005), mais do que flexibilização, ocorreu a desregulamentação e a perda de direitos resultando para a classe trabalhadora, um verdadeiro desmonte dos direitos de proteção ao trabalho e um retrocesso para o movimento sindical.

O trabalho assume novas configurações marcadas pela economia informal e processos de flexibilização, fenômeno que cada vez mais se amplia e se expande, frente a um mercado cada vez mais preocupado em atender às demandas por um custo menor possível, realidade esta que tem contribuído cada vez mais para o crescimento de trabalhadores informais, enquanto mão de obra disponível e excedente no mundo do trabalho. Trabalhadores explorados, sobretudo nos setores mais modernos do mercado de trabalho denunciando assim, novas configurações em que vigoram processos de flexibilização, informalidade e precarização. Transformações que conseqüentemente, possibilitaram o aumento do poder econômico de camadas privilegiadas, o aprofundamento das

5 Cf. Cacciamali, (2000), Leite (2009), dentre outros.

desigualdades e novas formas organizativas de trabalho. O desemprego tornou-se a manifestação mais profunda e visível de relações de trabalho, e a “*desestabilização dos estáveis*” (CASTEL, 1998, p. 526) torna-se a base fundante da descontinuidade do trabalho.

As múltiplas dimensões da desigualdade, fruto do capitalismo legitimado no mundo ocidental, mantém no Brasil atual as marcas de uma exclusão histórica. Desigualdades e diferenças manifestadas na distribuição desigual da renda, ausência de políticas públicas e sociais, violações dos direitos humanos fundamentais que vitimizam, sobretudo, grupos sociais vulnerabilizados e estigmatizados, dentre os quais, a mulheres são “[...] o incremento da força de trabalho que se subproletariza [...]” (ANTUNES, 2009, p. 208). Desigualdades de classe, gênero e de raça/cor que se articulam e reforçam situações de pobreza e exclusão e se fazem presentes no cotidiano de muitos trabalhadores e trabalhadoras.

No Brasil, os níveis preocupantes do desemprego decorrente da fragilização dos sistemas de proteção social garantidos na Constituição Federal de 1988, para além da carência de renda ou privação, reafirmam que a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução das condições de vida. E como se não bastasse, a Emenda Constitucional n.º 95⁶, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos e da reforma trabalhista⁷, recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional, da além de retirarem mais direitos, incorporaram novas formas de inserção ocupacional, elevaram os índices de subemprego, do trabalho precário, da informalidade, da pobreza e da exclusão. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística reiteradamente vem demonstrando isso. Nesse sentido, Crelier (2020) fazendo referência à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua), demonstrou que a taxa de desocupação no segundo trimestre de 2020 foi de 13,3% e taxa de subutilização, 29,1%. No que se refere aos desalentados, os dados apontam que

[...] A população desalentada (5,7 milhões de pessoas) foi recorde na série histórica, com alta de 19,1% (mais 913 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e de 16,5% (mais 806 mil pessoas), em relação ao mesmo trimestre de 2019. O percentual de desalentados em relação à população na força de trabalho, ou desalentada (5,6%), foi recorde, com a alta de 1,2 ponto percentual, tanto em relação ao trimestre anterior (4,3%), quanto a igual trimestre de 2019 (4,4%). (CRELIER, 2020, 1).

6 A Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, congelou por 20 anos os gastos e investimentos públicos, limitando assim os investimentos em políticas públicas e sociais.

7 A Reforma Trabalhista, instituída pela Lei Federal n.º 13.467/2017, trouxe mudanças significativas na legislação trabalhista brasileira, entre elas o trabalho intermitente, ou seja, a normatização do contrato de trabalho ou prestação de serviços com subordinação, podendo este ser prestado em períodos alternados, descontínuos e irregulares, e o salário pago proporcionalmente aos dias ou às horas trabalhados.

Vivemos processos de profundas mudanças, tanto do ponto de vista econômico e político, quanto no aspecto sociocultural. Para Castel (1998), a nova tessitura social que vem sendo formatada e consolidada neste conjunto de transformações, decorre de decisões políticas frente à correlação de forças estabelecidas entre capital e trabalho, da ruptura do pacto fordista do pós-guerra e conseqüentemente, a sociedade salarial. Nova reconfiguração social, que prenuncia a “[...] *passagem de uma ordem estabelecida para outra [e] esgotamento de um período de longa duração no meio de um percurso [...]*” (LEITE, 2009, p. 67). Processos de trabalho e globalização neoliberal resultantes de um modelo de acumulação anterior, desencadeando assim, novos rearranjos socioeconômicos tendo em vista a (re)adequação do mercado financeiro e produtivo.

Nas últimas décadas o trabalho vem assumindo novas configurações, marcadas pela economia informal, que em muitos casos pode representar evasão e sonegação fiscais. Observa-se também nesta complexidade, o trabalho terceirizado realizado por meio de microempresas, comércio de rua, comércio ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, trabalho temporário e/ou trabalho em domicílio, dentre outros. Um cenário de “crise” cujo impacto é fortemente plasmado nas relações de trabalho e conseqüentemente, favorece a emergência de empresas terceirizadas, relações de trabalho cada vez mais precarizadas, processos de acumulação flexível⁸ e de “mercadificação”. Vale destacar ainda, a expropriação e privatização de bens públicos, cujo impacto é visível não somente para os trabalhadores desses setores, como também à população historicamente excluída do acesso aos bens e serviços públicos. Esta nova ordem econômica e social, além da perda de direitos, carrega consigo tensões e incertezas.

Processos de flexibilização que possibilitaram novas formas de trabalho e suas manifestações atípicas - trabalho intermitente, tempo parcial ou por tempo determinado, ausência de vínculo institucional entre empregado e empregador, frente a ausência de registro em carteira de trabalho e as relações de trabalhos fortemente marcadas por perdas de direitos.

É neste processo de novas configurações do trabalho, surge o trabalho atípico, caracterizado não somente pela nova informalidade, “[...] *mas também, por atividades cujos contratos se diferenciam do paradigma do trabalho assalariado a tempo integral, estável e protegido [...]*” (NEVES, 2011, p. 3), Criado a partir de estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1972, o conceito trabalho atípico, surge a partir de estudos nos quais foram observadas formas perceptíveis de deterioração das condições de trabalho e em sua realização predominavam o trabalho por tempo parcial ou por tempo determinado, trabalho em domicílio ou por conta própria. Vale ressaltar também a emergência do trabalho corporativo, ou mesmo outras formas

⁸ A acumulação flexível segundo Leite é caracterizada pela “[...] *flexibilização da jornada de trabalho, dos processos e das relações de trabalho e dos vínculos de emprego, restando aos trabalhadores, formas de trabalho atípico, como única alternativa [...]*”. (LEITE, 2009, p. 69).

de emprego, de acordo com Antunes (2009) rompem com o modelo anterior, cuja característica básica era o emprego homogêneo e estável. Neste sentido, sua realização geralmente ocorre em

[...] condições de inserção ocupacional caracterizadas por atividades de escala reduzida, baixa produtividade e rendimentos inferiores aos do setor formal. A ausência de proteção social e de relação salarial, marca uma nova ordem em que trabalhadores integrados na sociedade salarial, tornam-se assalariados disfarçados, excedentes de mão de obra disponível às necessidades dos setores mais modernos (LEITE, 2009, p. 71).

Por trabalho atípico, segundo Neves (2011) entende-se um novo arranjo produtivo que ultrapassa territórios e fronteiras, mudam as relações políticas e de poder, acarretando consequências para além da esfera nacional. Do chão da fábrica, as relações de produção invadem o espaço urbano e por meio de pequenos empreendimentos interdependentes e interligados ao processo produtivo de empresas globais, integram a cadeia produtiva e constroem uma rede de atividades interrelacionadas. Relações de poder na esfera nacional e internacional em que são determinadas as diferenciações quanto à inserção de trabalhadores nesta cadeia, sobretudo nas unidades implantadas em territórios menos desenvolvidos. Trabalho atípico em que, por menores salários e ausência de proteção social, são recrutados trabalhadores menos qualificados.

O trabalho atípico se insere na chamada “nova” informalidade, agora normatizada em contratos de trabalho por tempo parcial, temporário ou terceirizado, e por meio do qual, diferentes formas de precarização legal e/ou ilegais, configuram novas formas de inserção na cadeia produtiva. A ‘nova informalidade’ é caracterizada pela presença de “[...] novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades articuladas ou não, com processos produtivos formais ou pela presença desses trabalhadores em atividades tradicionais da velha informalidade redefinidas nesse novo contexto [...]” (NEVES, 2011, p. 3). Vale destacar que seu público por excelência são os pobres, os pretos e pardos e as mulheres.

A busca por trabalho tornou-se um processo marcadamente penoso, competitivo e desestabilizador das lutas por direitos e dignidade no trabalho. E não somente desestabilizador no que se refere às relações capital-trabalho, mas também, enquanto processo gerador e desencadeador de inseguranças e incertezas, repercutindo no modo de vida, nas relações e interações sociais, na formação das identidades e na saúde dos trabalhadores. Essas formas atípicas de trabalho tornam-se cada vez mais a regra ditada e adotada pelo mercado de trabalho, atingido não somente determinados grupos e/ou categorias sociais, mas também amplos setores e novas categorias de trabalhadores. E o mais dramático que a oferta de trabalho cada vez mais flexível, precário, informal tem sido caracterizada nas ações governamentais, como políticas públicas de combate ao desemprego, tornando-se cada vez mais a regra ditada e adotada pelo mercado de trabalho, transformando os excluídos da sociedade salarial em assalariados disfarçados, quando não excedentes de mão de obra disponível.

Trabalho e economia popular solidária: a pedagogia de uma economia feminista e do bem viver

A abertura indiscriminada do mercado brasileiro às importações nos anos de 1990, bem como a adoção de uma política nacional de altas taxas de juros, contribuíram para o agravamento da crise salarial, a proliferação de atividades econômicas autônomas e iniciativas de economia popular solidária. Argumentam Leite (2009) e Barbosa (2007) que esta realidade constituiu um novo campo da sociologia do trabalho, cuja emergência social se cruza com um conjunto de fenômenos estruturais e conjunturais presentes na atualidade, dentre eles, a expansão de desocupados de longa permanência. Frente a esta realidade, trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo jovens e mulheres, encontraram nas iniciativas de economia popular solidária um novo campo de produção e inclusão socioprodutiva. Mas que economia é essa capaz de incorporar um contingente de homens e mulheres em busca de trabalho, inclusão socioprodutiva, dignidade e cidadania?

A economia popular solidária é um modo de produção de bens ou prestação de serviços, de comercialização e de consumo, cujo trabalho é realizado de forma coletiva, tendo como principais fundamentos e princípios, a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade. A produção, a comercialização e as relações de consumo são pautadas em valores não capitalistas. -O que os animam a investir na proposta de uma ‘outra economia’ é seu princípio basilar de organização da vida social, desenvolvimento humano e o bem viver. Relações de trabalho definidas por regras mínimas e jornada de trabalho, salário e rateio do lucro coletivamente decididos entre os integrantes do empreendimento.

A partir de engajamentos de cidadania, as experiências de economia popular solidária são conhecidas por uma multiplicidade de terminologias, tais como: socioeconomia solidária, economia do trabalho, empresas autogestionárias, novo cooperativismo, investimento ético, empresa social, redes de consumo solidário, dentre tantas outras denominações. Constituídas por um conjunto de práticas econômicas e sociais, predominantemente desenvolvidas pelas mulheres, essas iniciativas têm no seu horizonte, não necessariamente uma economia contra o mercado, mas novas relações de produção, comercialização e consumo solidários, pautados em princípios e valores não capitalistas que contribuam para a democratização da economia. Este conjunto de iniciativas urbanas e rurais, são também denominadas de economia feminista e na sua diversidade trazem consigo o despertar da agroecologia, da permacultura, o revigoramento das formas familiares de produção agrícola e expressões do contramovimento em defesa de novas formas de (con)viver e de se relacionar. Nesta diversidade de práticas econômicas e sociais, potencializam-se a democratização dos saberes, a valorização do ser humano em sua integralidade e a busca de um modelo de desenvolvimento local sustentável.

Essas iniciativas possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não), cuja destinação visa prover e repor meios de vida. Tem no seu horizonte a construção de processos socioeducativos fomentadores de paradigmas produtivos contra hegemônicos e de acordo com Gaiger (2019), buscam integrar, nos processos de produção e comercialização, eficiência, viabilidade, corresponsabilidade e princípios democráticos. Processos nos quais estejam presentes a autogestão e compromisso, conjugando sempre a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios. E assim, movida por uma racionalidade econômica distinta da empresa capitalista, essas iniciativas, segundo Gaiger (2007), utilizam recursos humanos próprios, agregados em unidades de trabalho e realizam, de modo individual ou familiar, modalidades de trabalho associativo, formalizados ou não, isto é, cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, dentre outros.

As experiências de economia popular solidária se tornam cada vez mais presentes⁹, sobretudo nos setores populares. Araújo e Lombardi (2013), Neves (2012) e Silva (2019), afirmam que o público dos empreendimentos solidários, majoritariamente são constituídos por mulheres pobres, muitas delas são mães chefes de família com filhos e/ou netos ainda pequenos, possuem baixa escolaridade e idades bem variadas. Grande parte dessas mulheres são procedentes do interior de Minas Gerais e sempre estiveram na informalidade, pois nunca tiveram a carteira de trabalho assinada. No entanto, a participação, protagonismo e liderança das mulheres nos empreendimentos de economia popular solidária é notória, e em suas práticas resgatam experiências e metodologias referendadas na sabedoria popular e na troca de saberes, encontrando nos empreendimentos solidários, o horizonte de suas utopias. Práticas holísticas, em vistas do Bem Viver.

E o que é o ‘Bem Viver’? Nos últimos anos, este conceito foi incorporado em diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia na busca de encontrar novas formas de viver e conviver que superem a concepção depredadora produtivista-consumista. Um projeto emancipador, que embora referenciado nos povos indígenas andinos e amazônicos, está presente em diversas culturas, tornando-se assim uma possibilidade de enfrentamento e superação da “[...] crise multifacetada – social, econômica, ecológica, política e civilizatória [...]” (TURINO, 2019, p. 18), tão presente na atualidade. Mas o que é o mesmo o ‘Bem Viver’?

O Bem Viver é uma filosofia em construção, e universal que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós no Brasil, como o teko porã dos guaranis [...] na ética e na filosofia africana do ubuntu – “eu sou porque nós somos”. [...] no ecosocialismo [...] no fazer solidário do povo [...]. Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer

9 Cattani (2003), França Filho e Laville (2004), Singer; Souza (2000), dentre outros.

que somos “parte dela e que não podemos continuar vivendo “à parte dos demais seres do planeta” (TURINO, 2019, p. 22-23).

Acosta (2019) em seu trabalho “O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos possíveis” argumenta a interrelação entre os humanos e todos os seres vivos e não vivos. Relacionando direitos humanos e direitos da natureza, chama atenção para os efeitos das mudanças climáticas, as crescentes marginalizações e violências sociais, e fundamenta o *Bem Viver*, como alternativa ao desenvolvimento humano e sustentável. Reflexões e argumentos que demandam repensar a produção e reprodução da vida, considerando os limites do Planeta e exigências de sua biodiversidade. Nesta mesma direção, Melo Lisboa (2005) chama atenção para o modelo de produção, comercialização e consumo propostos na concepção do *Bem Viver*, e neles, um conjunto de potencialidades democráticas, mobilizadores de participação e de organização social.

Ainda sobre a relação *Bem Viver* e economia popular solidária, Sardenberg (2011) destaca a originalidade desta outra economia: estar no mercado sem se submeter à busca de maximização do lucro. A preocupação social e ecológica na produção e a prática do preço justo nos empreendimentos são referenciais importantes. As finanças solidárias democratizando o acesso ao crédito, permitindo conciliar rentabilidade econômica e respeito aos valores éticos e humanistas. Neste sentido, o *Bem Viver*, vem de encontro às diferentes práticas educativas denominadas de pedagogias feministas, cujas práticas educativas são incorporadas nas experiências e iniciativas de economia popular solidária, tendo em vista o “[...] desenvolvimento de uma consciência crítica, como um primeiro passo essencial para ações coletivas transformadoras [...]” (SARDENBERG, 2011, p. 19).

Prosseguindo nesta linha de raciocínio e considerando que as práticas de economia popular solidária se referenciam na pedagogia feminista - aqui entendida como fortalecimento de processos emancipatórios, irruptores de relações assimétricas de poder e hierarquias de gênero -, numa sociedade marcada por desigualdades, seu principal objetivo é promover processos. Processos educativos e feministas que possibilitem o fomento de novas interações e relações sociopolíticas, condição essencial para “[...] libertar homens e mulheres das amarras ideológicas e hierárquicas de gênero, rompendo assim a construção social das diferenças/desigualdades entre os sexos [...]” (SARDENBERG, 2011, p. 19). Considerando que esta pedagogia feminista está relacionada a um conjunto de “práticas educativas”, não se pode falar de pedagogia feminista no singular. Essas práticas educativas desencadeiam processos de educação libertadora, formação da consciência crítica e empoderamento de si, sendo por isso, utilizadas tanto na educação formal, como também no trabalho realizado nos setores populares.

Aliada aos princípios e valores do cooperativismo e da economia popular solidária, a pedagogia feminista, de acordo com Moraes et al (2018), potencializa a troca de saberes, valoriza processos de subjetivação dos sujeitos, ressignificam histórias de vida e potencializa saberes

adquiridos, enquanto elemento agregador indispensável para a construção horizontal e dialógica do conhecimento. As mulheres se reconhecem enquanto sujeitos de direitos e protagonistas de uma nova história. A partir do olhar para si e para a realidade onde vivem reconhecem e reafirmam novos processos organizativos e políticos, mobilizadores de lutas por direitos e por políticas públicas emancipatórias. Sardenberg (2011), no entanto, chama atenção para as contradições e paradoxos que se fazem presentes, uma vez que grande parte dessas mulheres carregam consigo profundas cicatrizes de vivências e experiências marcadas por perdas e exclusões históricas. Histórias e memórias vivenciadas que muitas vezes desafiam a permanência dessas mulheres nesses espaços, comprometendo assim, a “[...] *garantia de que os resultados desejados sejam alcançados, pelo menos, não em curto prazo [...]*” (SARDENBERG, 2011, p. 30).

Ações extensionais e sociedade civil na construção do bem viver

Imbuída em sua missão de promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) criada em 1989, tem buscado, desde a sua fundação, realizar ações extensionistas, tendo em vista fomentar oportunidades de elaboração da práxis do conhecimento acadêmico, maturidade profissional e produção científica. O compromisso com o fortalecimento de políticas públicas voltadas para todas as áreas do conhecimento, faz com que a UEMG conceba a extensão universitária enquanto um conjunto de processos educativos, culturais e científicos, muitas vezes interdisciplinares, que, articulados com o Ensino e a Pesquisa, produzem conhecimento decorrentes das práticas docentes, compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade e para isso, a relação estabelecida entre os discentes e a comunidade em geral.

Na visão dos docentes da UEMG comprometidos nessas práticas e saberes, as ações extensionistas estreitam a distância entre a Universidade e a comunidade, e reciprocamente, ambas se retroalimentam, pois a comunidade na qual a Universidade se insere, passa a participar da vida acadêmica e nessa simbiose, a vida acadêmica se nutre do conhecimento advindo da comunidade que a acolhe. Essa troca de saberes potencializa a relação transformadora entre a Universidade e Comunidade.

As ações extensionistas da UEMG, no campo da economia popular solidária, têm sido desenvolvidas desde o ano de 2015, inicialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a partir de demandas advindas de cooperativas de catadores de materiais recicláveis e empreendimentos econômicos solidários organizados por mulheres. O Projeto “Apoio às iniciativas de economia popular solidária: um suporte técnico, jurídico e administrativo a empreendimentos econômicos solidários e seus espaços de formação, organização e articulação” é uma dessas ações extensionistas,

desenvolvidas pela UEMG em conjunto com outras parcerias. Em 2018 o projeto passou a ser executado também na Região do Campo das Vertentes de Minas Gerais, sendo interrompido em 2020, devido a pandemia da COVID-19. As ações realizadas objetivaram apoiar empreendimentos econômicos solidários, propiciando aos estudantes de graduação da UEMG, oportunidades para vivenciar a extensão como dimensão universitária geradora de conhecimento e de impacto social. Realizadas em caráter processual e sistemático, as atividades realizadas possibilitaram a esses grupos produtivos populares, maior capacitação administrativa, técnica e sociopolítica.

Numa perspectiva dialógica e participativa, as ações, intervenções e interações realizadas durante a implementação do referido Projeto foram direcionadas a grupos produtivos populares, compostos majoritariamente por mulheres e organizados sob os princípios da economia popular solidária. Fomentar novas sociabilidades e potencializar práticas autogestionárias, tendo em vista o fortalecimento desses empreendimentos no campo da gestão foram processos construídos, tendo em vista fomentar redes de produção e de comercialização, condição *sine qua non* para a emancipação socioeconômica desses grupos vulnerabilizados. A presença e o acompanhamento da UEMG nas iniciativas de economia solidária, seja em reuniões e eventos promovidos nos empreendimentos, ou em reuniões dos fóruns de economia solidária possibilitaram interfaces com organizações da sociedade civil.

Importante salientar que os fóruns¹⁰ são instâncias organizativas fomentadoras do protagonismo dos sujeitos e espaços de formação e articulação de organizações da sociedade civil em suas lutas por direitos. Organizadas em nível nacional, estadual, regional e local, os fóruns de economia popular solidária em Minas Gerais¹¹ são também espaços de participação, diálogo e troca de saberes. Considerando seu caráter não institucional, reúne representantes de organizações da sociedade civil, entidades de apoio e fomento parceiras, gestores públicos e universidades. Neles também se fazem presentes pessoas comprometidas com o fortalecimento da democracia participativa e cidadã.

Em Minas Gerais, a articulação em fóruns tem sido possível, graças ao apoio de entidades de apoio e fomento, gestores públicos e universidades. Sua estrutura organizativa tem os mesmos modelos, tanto na esfera nacional, como nas esferas estadual regional e local. As ações dos fóruns são desenvolvidas pelas comissões de trabalho, sendo que em Minas Gerais estão constituídas as seguintes comissões: marco legal; formação; comunicação e finanças solidárias. Dessas comissões, o

10 Estruturados em nível municipal, regional e estadual, os fóruns de economia popular solidária em Minas Gerais são espaços de debates, deliberações e construção de estratégias de articulação, fomento e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

11 Considerando a extensão geográfica do estado de Minas Gerais e seus 853 municípios, o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária conta com quinze os fóruns regionais.

trabalho em redes, por ramo de atividade¹² ganha visibilidade. As reuniões dos fóruns regionais são realizadas de forma itinerante, sua coordenação é eleita em Assembleia e a partir do aprendizado lento e progressivo, processos organizativos e políticos são construídos. Nelas, além do estudo e reflexão sobre políticas públicas de fomento e gestão administrativa dos empreendimentos, são discutidos também desafios e propostas a serem apresentadas nas reuniões do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS)¹³.

Não obstante a importância da participação cidadã desses trabalhadores nesses processos organizativos e políticos, percebe-se também insatisfações entre seus integrantes, evidenciando, inclusive, situações conflituosas nas relações de parcerias construídas com órgãos governamentais. É o que podemos observar no relato abaixo:

Nós não queremos migalhas. Queremos mudar o foco da política e da economia. Repensar ações que ajudem a pensar a vida, o bairro, a sobrevivência, a cultura. Buscar potencializar o desenvolvimento local sustentável, à luz da economia voltada para a comunidade. Como pensar o município, o Estado nesta perspectiva? Mudar totalmente o paradigma de desenvolvimento. E aí também a Economia Solidária faz uma denúncia. Não adianta ficar com pequenas coisas, apenas com o discurso. É preciso fazer mudanças radicais. Repensar a economia, repensar o Estado. [...] Os desafios são muito grandes, mas também nos alegra saber que o povo está se empoderando e vendo que é possível. Vendo que um outro mundo é possível e uma outra economia de fato acontece. No entanto, se faz necessário mudanças na política e também nas nossas finanças, porque da forma como o sistema financeiro está estruturado, seja no Brasil, seja no mundo, é um impeditivo para o crescimento da proposta da Economia Solidária. Ele acaba permitindo algumas migalhas, algumas concessões. [...] A gente sabe que a política faz isso, ela cria concessões, algumas brechas onde as pessoas conseguem ter algumas participações, mas ela não faz mudança no eixo. O eixo político ainda é patriarcal, autoritário, de cima para baixo, em que uma minoria pensante pensa para uma maioria e tenta ser beneficiária desta proposta, contra a proposta de democracia, contra o povo e para o povo.¹⁴

Desafios e possibilidades nesta interação Universidade e Sociedade Civil

As experiências de economia popular solidária nos empreendimentos acompanhados vivenciam grandes desafios no enfrentamento sua busca pelo *Bem Viver*. Essas iniciativas são permanentemente provocadas a desvelar sua existência e sobrevivência, muitas vezes precária, cuja viabilidade e crescimento têm uma forte dependência de aportes públicos e privados. Embora nessas experiências se façam presentes o discurso do empreendedorismo, autonomia e independência, ficou

12 Na atualidade, são três as redes de produção, comercialização e consumo, ou seja: redes de confecção, rede de alimentação e rede de artesanato. Cada uma dessas redes planeja suas estratégias de ações e as deliberações são socializadas nas reuniões dos fóruns.

13 O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS) é também um importante espaço de articulação sociopolítica, ferramenta de monitoramento no controle social de políticas públicas e de ações governamentais voltadas para este público. Criado em Minas Gerais pela lei estadual nº. 15.028, de 19 de janeiro de 2004 é constituído por 12 (doze) membros efetivos, com representação paritária de órgãos públicos e entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária.

14 Plenária “Democracia Participativa e o fortalecimento do Controle Social: uma agenda necessária”, realizada no I ENCONTRO MINEIRO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: Diálogos para fortalecer a Democracia, a Rede de Cooperação e o Desenvolvimento Social, ocorrido em Belo Horizonte, nos dias 4, 5 e 6 de julho de 2018.

evidenciado que muitas das ações nos empreendimentos só foram possíveis, devido à presença e apoio financeiro de entidades de fomento e gestores públicos, ou resultantes da ação indutora de governos, universidades e igrejas. Os tempos são sombrios, marcados por retrocessos e a conjuntura sociopolítica e econômica atual ameaça mais ainda o risco de perdas de conquistas significativas, conquistadas a duras penas nas últimas décadas. Pobreza e exclusão se intensificam e ameaçam mais ainda este público tão vulnerável.

Considerando a realidade socioeconômica das mulheres, constatou-se também, que frente à atual crise econômica, este público enfrenta situação de maior precariedade. A baixa escolarização é um elemento complicador. Essas iniciativas pressupõem que os empreendimentos tenham capacidade de autogestionar seu negócio e, na medida em que lhes falta conhecimento neste campo, somente a “boa vontade” dessas mulheres não é suficiente para dar conta de todo o processo. O desafio da renda, da falta de espaço físico e de infraestrutura foram alguns dos elementos salientados, pois quem chega naquele empreendimento vem apenas com a mão de obra e o desejo de vencer. Falta equipamento, crédito, capital de giro, formação, qualificação e espaços para a comercialização de seus produtos.

A ausência de políticas públicas para o público dos empreendimentos de economia popular solidária é perceptível e na visão de lideranças dos fóruns, o Poder Público tem realizado algumas ações, apoiado alguns projetos, os quais, efetivamente, não correspondem às reais necessidades dos empreendimentos, uma vez que, na avaliação dessas lideranças, os governos não dialogam com seus pares. As iniciativas não são assumidas como política pública e os projetos desenvolvidos pelas entidades de apoio e fomento não oferecem garantia de continuidade.

Outro dilema constatado diz respeito ao processo de constituição dos grupos. A formação inicial de um empreendimento é extremamente desafiadora. O desenvolvimento humano e envolvimento de equipe é um processo lento, contínuo e precisa ser trabalhado no cotidiano, exigindo metodologias que possibilitem isso. Formas emancipatórias e não doutrinárias que ajudem seus integrantes a perceberem que aquele caminho é viável porque possibilita a cooperação e promove qualidade de vida não somente para os seus integrantes, mas para a comunidade toda e para as gerações futuras. Alinhado aos conflitos internos que se fazem presentes, as reuniões e debates realizados chamaram a atenção para a valorização de princípios e valores fundamentados na solidariedade, no apoio mútuo e na participação. Os ganhos e conquistas são por todos valorizados, ou seja, tanto por parte de lideranças, como também pelos demais integrantes dos empreendimentos.

Vale ressaltar aqui, se por um lado, as experiências de economia popular solidária representam novas estratégias organizativas, revelam também a perversidade do modelo capitalista de produção e consumo, que cada vez mais atinge as mulheres, gera novas formas de segregação, aprofunda desigualdades e contribui para que parcelas significativas da população permaneçam excluídas do acesso aos bens e serviços essenciais. Daí a importância de as Universidades em resposta ao

cumprimento de sua função educativa e social fomentarem a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão através do fomento às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs). Uma presença comprometida e qualificada, no intuito de contribuir com a organização e fortalecimento dos empreendimentos.

Não obstante as questões problematizadoras que dizem respeito aos desafios e dilemas da economia popular solidária nos territórios acompanhados é inquestionável as potencialidades que permeiam essas experiências e iniciativas. São alternativas de produção, de caráter não apenas de econômico, mas também experiências holísticas. Seu potencial emancipatório, sua perspectiva de êxito e organização comunitária vão além dos processos econômicos, associados às atividades produtivas e dinâmicas integradas a processos culturais, afetivos, sociais e políticos. Os desafios a serem cotidianamente enfrentados e superados são inúmeros, no entanto, as experiências de economia popular solidária reafirmam mudanças significativas, sendo possível, inclusive, mensurar o antes e o depois da inserção desses sujeitos sociais nos empreendimentos de economia popular solidária.

Conclusão

As experiências acompanhadas e analisadas apontaram para a necessidade de mais investimento na formação humana e gerencial, de fortalecer os fóruns de economia solidária, potencializar o trabalho em redes de produção, comercialização e consumo solidário. Ou seja, abrir-se a outros campos, a partir de novas possibilidades que estão escondidas nessas iniciativas, de modo que não somente apareçam somente as condições de pobreza e vulnerabilidade dessas mulheres. Além da necessidade de fortalecimento do trabalho e organização em redes, torna-se imprescindível também, que o movimento social em defesa da economia popular solidária potencialize processos políticos em vista de garantir a implementação de políticas públicas emancipatórias e a reinvenção da reprodução da vida.

Não obstante as questões problematizadoras que dizem respeito aos desafios e dilemas da economia popular solidária nos territórios acompanhados é inquestionável a necessidade de valorizar essas experiências e iniciativas. São alternativas de produção, de caráter não apenas econômico, mas também experiências holísticas. Seu potencial emancipatório, sua perspectiva de êxito e organização comunitária vão além dos processos econômicos, associados às atividades produtivas e dinâmicas integradas a processos culturais, afetivos, sociais e políticos. Os desafios a serem cotidianamente enfrentados e superados são inúmeros, no entanto, os ganhos não-econômicos reafirmam mudanças significativas, sendo possível, inclusive, visualizar o antes e o depois da inserção desses sujeitos sociais nos empreendimentos de economia popular solidária.

Na avaliação dos envolvidos nas ações realizadas, a participação nesses espaços foi muito importante, pois além do diálogo com organizações da sociedade civil e com órgãos do poder

públicos, possibilitou a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, maior integração entre teoria e prática e interfaces entre diferentes disciplinas da grade curricular dos cursos de Pedagogia e Ciências sociais oferecidos pela UEMG Unidade Barbacena.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver** – uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante. [4ª reimp.], 2019.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. [2 ed., 10 reimp. rev. e ampl.]. São Paulo, Boitempo.2009.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisas** [online], v.43, n.149, p. 452-477, ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 27 jun. 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v.6, n.3 (sep.-dic.), p. 95-110, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, Vozes. 1998.

CATTANI, Antonio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 9-15. 2003.

CRELIER, Cristiane. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,3% e taxa de subutilização é de 29,1% no trimestre encerrado em junho de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28478-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-1-no-trimestre-encerrado-em-junho-de-2020> Acesso em 12 set. 2020

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20 n.59, out, 2005, p. 111-170.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS. 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, dezembro 2007: 57-77. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/725>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GAIGER, Luiz Inácio. Eficiência Sistémica. In: CATTANI, A D. (Org.) *La otra economia: los conceptos esenciales*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004b, p. 213-220. Disponível em: <https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/Laotraeconomia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

HASENBALG, Carlos. A relação senhor/escravo. In: HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdade raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte. Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005, p. 35-66.

LEITE, Marcia de Paula, GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? (In) Georges Isabel Pauline Hildegard; LEITE, Marcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. Annablume\FAPESP, p. 13-30. 2012.

LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho e suas reconfigurações**: conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e México**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

MELO LISBOA, Armando. Economia Solidária e Autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 45, núm. 3, julho-septiembre, 2005, p. 109-115 Fundação Getúlio Vargas São Paulo, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155116027005>. Acesso em: 24 jun. 2019.

NEVES, Magda de Almeida. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, Márcia de Paula, GEORGES, Isabel P. H. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume: FAPESP, p. 323-349. 2012.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho Atípico**. In: CATTANI, A. D. (Org.) **Dicionário de trabalho e Tecnologia**. Editora Zouk: Porto Alegre, 2011.

SILVA, Carlúcia Maria. **Mulheres e economia popular solidária**: trabalho, inclusão socioproductiva e cidadania. Appris. 2019.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto, 2000, 360 p.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, Alberto. **O bem viver** – uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante. 4ª Reimp. 2019.